

AVENTURA NA SELVA

Depois de 10 anos, Jari começa a dar lucro

Jari Celulose ocupa área equivalente à metade da Bélgica e ganhou US\$ 6,2 milhões em 1994

JÓ GALAZI

MONTE DOURADO — Depois de quase 30 anos colhendo prejuízos na selva amazônica e consumindo US\$ 1 bilhão em investimentos e muitos desperdícios, o ex-projeto Jari vai começar agora a ver os lucros brotando. A Jari Celulose S.A., em Monte Dourado, no Pará, controlada pela família Azevedo Antunes e instalada em uma área de 1,6 milhão de hectares na floresta, equivalente à metade da Bélgica, apresentou no ano passado um lucro líquido de cerca de US\$ 6,2 milhões, resultado que a empresa reconhece ter sido apenas contábil. Seus prejuízos acumulados somam R\$ 63 milhões. A partir deste ano, porém, tudo aponta para a lucratividade real.

Nem a direção da Jari se arrisca a fazer um cálculo sobre o tempo necessário para se recuperar o US\$ 1 bilhão enterrado na Amazônia, desde os tempos em que o projeto nasceu, em 1968, pelas mãos do ex-cêntrico bilionário norte-americano Daniel Ludwig, que queria dar ao mundo toda a celulose que ele achava que ia faltar na virada do século. "É impossível fazer uma estimativa dessas", admite o presidente da Jari Celulose, Fernando Tigre, para quem está tudo pronto para que os lucros finalmente passem a frequentar os balanços da Jari. Mais US\$ 110 milhões estão sendo colocados na empresa, para atualização e ampliação da sua fábrica, que era padrão nos anos 70, mas que agora necessita ganhar os equipamentos dos anos 90.

Para que os lucros venham colaborar também o preço da celulose, em alta no momento — próximo de US\$ 1 mil a tonelada. Pelos cálculos de Tigre, considerados conservadores, em média o preço da tonelada de celulose deverá se situar em torno de US\$ 700 até pelo menos 1997. "Depois deve descer, mas a avaliação em todo o mundo é a de que nunca mais desabarà para os US\$ 350 a que chegou em 1993", explica.

Até lá, a capacidade de produção da Jari terá se elevado de aproximadamente 300 mil toneladas anuais para 350 mil ou mais, o que significa que, mesmo que o preço diminua depois de 1998, haverá maior volume vendido, com uma vantagem adicional: alguns custos terão se reduzido substancialmente. Um deles é o de importação de madeira da Bahia para a produção de celulose, que representa cerca de 15% das 1,5 milhão de toneladas consumidas anualmente pela Jari e custa US\$ 50 a mais a tonelada do que a madeira da própria empresa, plantada na região. Com a ampliação da produção, ela passará do quinto para o quarto lugar entre as maiores produtoras de celulose do País (a primeira, também maior do mundo, é a Aracruz).

Erros no início — Embora fique no meio da selva e terra não lhe falte, a madeira foi o grande nó da Jari. Foram cometidos sérios erros de ocupação do território no início do projeto, sem pesquisas de solo e sem a escolha do tipo de árvores adequadas para o plantio. Quando a família Azevedo Antunes assumiu o controle do projeto, em 1982, teve de começar praticamente do zero naquilo que era a alma do projeto: o abastecimento de madeira. Até que se encontrasse as espécies certas e fosse montado um banco genético cientificamente correto levou-se alguns anos.

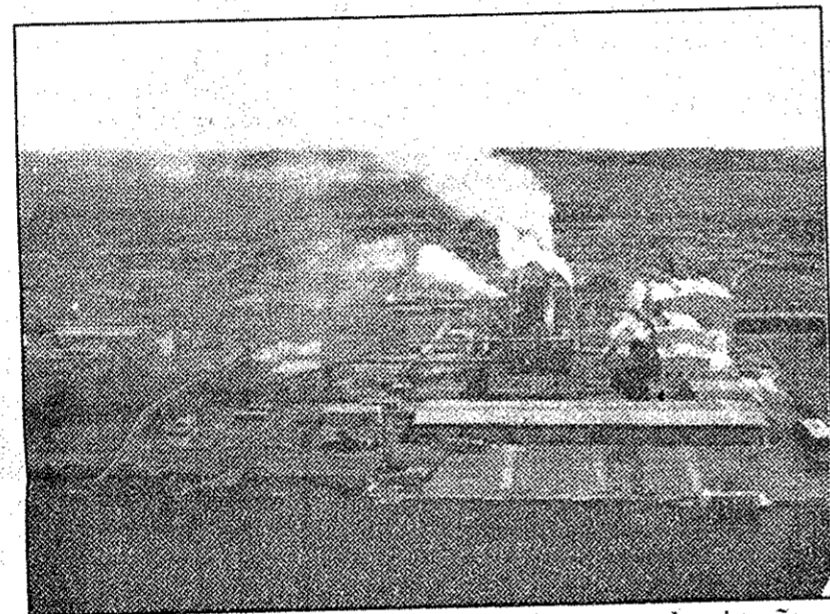
Por enquanto, ainda não se chegou ao estágio de cortar os eucaliptos e pinus (as duas espécies plantadas) no tempo certo, ou seja, quando essas árvores atingem 6 anos e meio de idade. Atualmente, o corte está se dando em cinco anos, o que provoca uma perda importante em produtividade.

Já há sinais de que o faturamento vai passar de cerca de US\$ 145 milhões no ano passado para US\$ 200 milhões este ano, não só pelo aumento da produção, como também por conta do preço da celulose. A Jari abriu o capital e este ano suas ações começaram a ser negociadas nas Bolsas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Já fez uma subscrição de ações, no valor de cerca de US\$ 100 milhões, acompanhada pela família Azevedo Antunes, que entrou com US\$ 40 milhões, enquanto o BNDES e o Banco do Brasil, na Jari desde a nacionalização do projeto, com aproximadamente 30% do capital total, subscreveram US\$ 30 milhões.



Plantação de eucaliptos: matéria-prima suficiente para produção chegar a 350 mil toneladas em 97

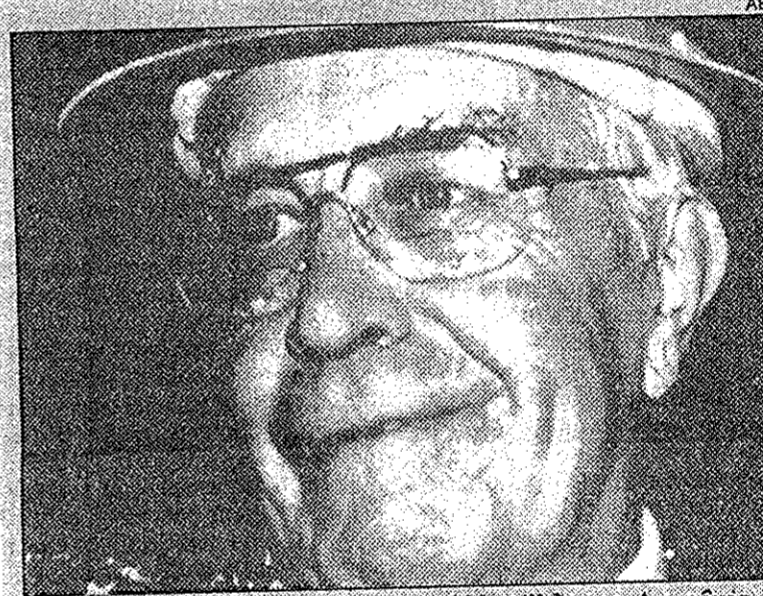
INVESTIMENTO TOTAL NO PROJETO FOI DE US\$ 1 BILHÃO



Fábrica: investimento de US\$ 110 milhões em modernização



Viveiro: mudas para 115 mil hectares sem derrubar árvores nativas



Daniel Ludwig: sonho enterrou US\$ 800 milhões na Amazônia

Ludwig teve pressa e se deu mal

MONTE DOURADO — O empresário norte-americano Daniel Ludwig, que fez fortuna na indústria naval, estava certo de que ia faltar papel e comida no mundo, no final do século. Ele queria ser o fornecedor em larga escala e nos 70 anos estendeu um canal da sua fortuna para a selva amazônica. Foi um mau negócio para ele.

As histórias dos desperdícios cometidos no Jari são de arrepiar, a ponto de se calcular que pelo menos 40% dos quase US\$ 800 milhões enterrados por Ludwig na floresta foram simplesmente roubados. Outra boa parte foi gasta de forma errada.

O pior mesmo parece ter sido a

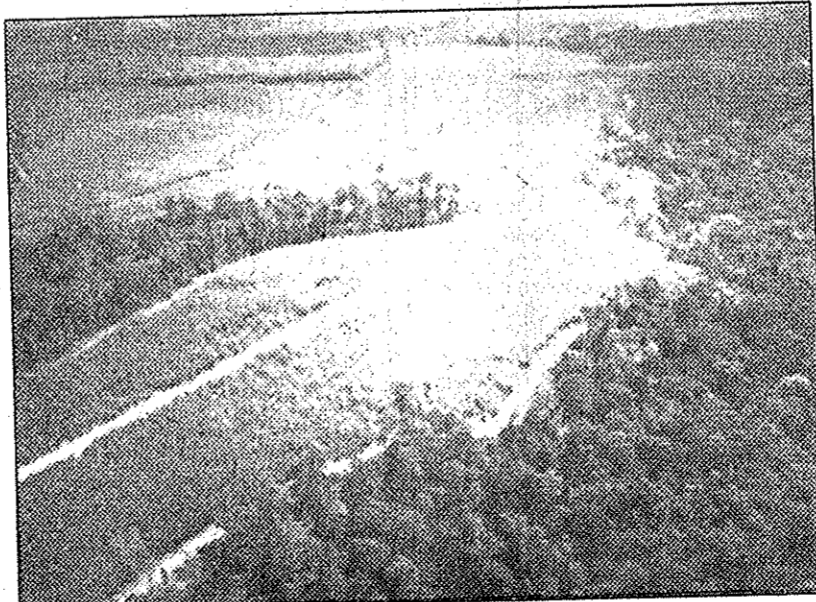
pressa de Ludwig, um homem muito simples, que queria ver suas próprias florestas antes de morrer. Começou a plantar gmelina, trazida da Ásia para fazer celulose, e a árvore fracassou no clima local. Não fez qualquer pesquisa de solo e não conseguiu fazer a hidrelétrica que queria, para ter energia barata. Esse projeto, agora, está saindo do papel e vai custar cerca de US\$ 70 milhões. A vantagem do atraso é que a cachoeira de Santo Antônio, uma das áreas mais bonitas da Amazônia, será preservada. O projeto foi alterado e a hidrelétrica, de 100 megawatts, não envolverá o alagamento da cachoeira.

Fábricas vieram rebocadas do Japão

Hoje, 70 mil pessoas vivem na área da Jari, que abriga outras empresas da família Azevedo Antunes

MONTE DOURADO — Extravagância do dono de uma conta-corrente de US\$ 5 bilhões. Essa é uma frase muito usada para definir o ex-Projeto Jari, criado por Daniel Ludwig. Sem dúvida, ele foi extravagante ao escolher a selva amazônica, formando uma propriedade cujas terras estão 70% no Pará e 30% no Amapá, com um centro urbano — Monte Dourado, cidade planejada e confortável, de 18 mil habitantes — ao qual até hoje só se chega de avião ou de barco, viajando pelo Rio Jari.

Também deu-se a muito luxo na forma como instalou na região a fábrica de celulose, na verdade duas plantas industriais, uma de produção própria e outra de reaproveitamento de produtos químicos usados na primeira: com 25 mil toneladas cada uma, 220 metros de comprimento e 45 metros de largura, chegaram à selva rebocadas por navios, após uma viagem de quase



Plantio de eucaliptos do projeto ocupa menos de 8% da área total

90 dias desde o Japão, onde foram construídas como gigantescas barcas, em um estaleiro de Ludwig.

Elas atravessaram o Mar da China e três oceanos, e entraram pelo Rio Jari como um pesadelo, assustando a população ribeirinha. Uma complicada operação, que envolveu a cons-

trução de um dique provisório, levou as duas plantas industriais para cima de pilares de massaranduba enterrados a 25 metros de profundidade em terra firme, onde estão ainda hoje. O diretor industrial da Jari Celulose, Nisio Barlem, explica que essa madeira leva 150 anos para apo-

drer. Portanto, nenhum perigo à vista.

No total, 70 mil pessoas vivem na área da Jari, que abriga duas outras empresas da família Azevedo Antunes, a Caulim da Amazônia (Cadam) e a MSL, que explora e beneficia bauxita — as duas somente têm em comum a localização geográfica e o controlador, pois são empresas totalmente independentes.

A Jari foi nacionalizada em 1981. Ludwig já tinha gasto cerca de US\$ 700 milhões e nada parecia dar certo na selva. Assim, o governo do general João Baptista Figueiredo, "chamou" um grupo de 23 grandes empresários, liderado por Augusto Trajano de Azevedo Antunes, para assumir o negócio, numa operação de aproximadamente US\$ 350 milhões. O grupo colocou na transferência US\$ 100 milhões (somente Antunes entrou com US\$ 40 milhões) e o BNDES e o Banco do Brasil forneceram o restante.

A Jari mantém um hospital público, ou seja, custeia todas as despesas, embora 95% dos atendidos não tenham qualquer ligação com a empresa. Também mantém quatro escolas e todas as crianças da região estão matriculadas nelas.

NEGÓCIOS DA FAMÍLIA AZEVEDO ANTUNES NA REGIÃO

Jari Celulose S.A.

Produz celulose, matéria-prima para a fabricação de papel, com faturamento anual de cerca de R\$ 145 milhões. Até hoje não deu lucro, exceto contábil, registrado no ano passado. É controlada pela Companhia do Jari, por sua vez controlada pela holding Jata, que é controlada pela família Azevedo Antunes.

Caulim da Amazônia (Cadam)

Explora e beneficia caulim, que serve para revestimento de papel (é o que torna o papel brilhante e acetinado). Tem faturamento anual de cerca de R\$ 96 milhões e sempre foi lucrativa. É controlada pela Caemi, controlada pela família Azevedo Antunes.

MSL

Explora e beneficia bauxita refratária, insumo para o setor siderúrgico. Fatura cerca de R\$ 17 milhões por ano e quando dá lucro são bem pequenos - no ano passado, foi de R\$ 153 mil. É controlada pela Caemi, da família Azevedo Antunes.

Fonte: Empresas

Perfil da Jari Celulose

Área total de 1,6 milhão de hectares, na floresta amazônica. 70% das terras ficam no Pará e 30% no Amapá, com a fronteira sul no Rio Amazonas.

- Área com plantios de 78 mil hectares
- Área ocupada total de 115 mil hectares
- Tem 9 mil quilômetros de estradas internas
- Capacidade atual de produção de celulose é de 300 mil toneladas por ano
- Produtividade da floresta (só é usada a plantada) de 29 metros cúbicos de madeira por hectare/ano e seis toneladas de celulose por hectare/ano, em média.
- Número de funcionários - 1.800
- Monte Dourado é a cidade da empresa, com 18 mil habitantes, 1 hospital, 4 ambulatórios, 4 escolas.
- A população total na região da Jari é de 70 mil pessoas.
- Aeroporto com 1,8 mil metros de pista e vôos diretos entre Monte Dourado e Belém.

Fonte: Empresa

Cuidado com ecologia custou US\$ 75 milhões

Áreas cultivadas são pequenas e intercaladas por florestas nativas, para satisfação dos ecologistas

MONTE DOURADO — Debaixo da vigilância rigorosa de grupos ambientalistas de todo o mundo; entre eles o Greenpeace, a Jari Celulose já destinou cerca de 10% dos US\$ 750 milhões gastos para a instalação da fábrica em medidas de proteção ao meio ambiente e segurança.

A área "perturbada" da região do Jari, em que houve interferência das empresas controladas pela família Azevedo Antunes, é de somente 115 mil hectares, menos de 8% dos 1,6 milhão de hectares total.

As áreas cultivadas são pequenas e intercaladas por florestas nativas, o que satisfaz os ambientalistas. Essa tática tem, naturalmente, o seu lado claramente capitalista: se as áreas de floresta plantada são pequenas e descontínuas, quando ocorre uma praga ela atinge apenas uma pequena parte da madeira e é extinguida naturalmente pela floresta natural.

Ao mesmo tempo, está replantando floresta nativa nas áreas de plantio antigas, usando sementes estocadas dos melhores espécimes — há 1.050 árvores nativas acompanhadas mensalmente em seu desenvolvimento, de forma a se escolher as melhores "reprodutoras".

Há sete anos a Jari não derrubou matas para abrir novas áreas de plantio. Ele vem aumentando a produtividade das áreas já abertas, com o controle de mudas por computador.

Polição controlada — O diretor industrial da empresa, Nisio Barlem, assegura que a poluição da própria fábrica também está sob controle.

Um sistema de filtros trata os gases emitidos e há um projeto de US\$ 27 milhões para fazer toda a celulose sem uso de cloro elementar e sim com dióxido de cloro, que tem menos efeitos danosos.

Hoje 50% da produção já está livre do cloro elementar e a intenção é a de, no futuro, não mais usá-lo. Para os rejeitos líquidos ela construiu uma lagoa biológica, de 250 hectares e capacidade de retenção de 16 dias.

Microorganismos destroem as partículas e após esses 16 dias a água vai para o Rio Jari. A água despejada no rio já vai livre de impurezas, conforme laudos de instituições científicas inglesas e alemãs.